
Entrevista realizada na residência do entrevistado, em Vassouras, Rio de Janeiro, no dia 12 de abril de 2015, por Gunter Axt.

RENATO DA CUNHA RIBEIRO



Renato da Cunha Ribeiro nasceu em 22 de agosto de 1929, no Rio de Janeiro. É filho de Targino Ribeiro e Odetta da Cunha Ribeiro. Casou-se com Graça Maria Ferreira Guimarães Ribeiro. Formou-se, em 1952, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, hoje Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Advogou no Rio de Janeiro pelo tradicional escritório de seu pai. Em março de 1970, foi designado segundo substituto de advogado de ofício da 2ª Auditoria da Aeronáutica da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, no Rio de Janeiro. Em 22 de abril de 1980, foi nomeado segundo substituto de procurador de terceira categoria, para atuar junto à Auditoria da 6ª CJM, em Salvador. Em outubro de 1980, foi designado a servir na 1ª CJM, no Rio de Janeiro. Em 1981, prestou concurso público para ingresso na carreira. Em 3 de maio de 1995, foi promovido a procurador da Justiça Militar, a ser lotado na Procuradoria da 9ª CJM, em Campo Grande. Em março de 1996, foi removido para a 4ª Procuradoria do Rio Janeiro. Em 16 de outubro de 1996, aposentou-se.

Memória MPM – *Quem é o senhor?*

Renato da Cunha Ribeiro – Meu nome é Renato da Cunha Ribeiro, sou filho de Targino Ribeiro e Odetta da Cunha Ribeiro. Nasci em 22 de agosto de 1929, portanto, sou do século passado, e trago comigo seus ensinamentos, embora, atualmente, um pouco arcaicos. Tive irmãos, mas sou o único ainda vivo. Sou casado com Graça Maria Ferreira Guimarães Ribeiro, nascida em Belo Horizonte e tenho duas filhas, Camilla e Renata. Sou carioca, Flamengo e Mangueira.

Memória MPM – *O senhor estudou no Rio de Janeiro?*

Renato da Cunha Ribeiro – Cursei o ensino primário no Colégio Batista Shepard, de 1938 a 1940, em três anos, fazendo dois anos em apenas um. O curso ginásial, fiz no mesmo colégio e, modéstia à parte, no segundo, quarto e quinto ano, tirei medalha de ouro como melhor aluno da turma. Depois, fui para o Colégio Andrews, considerado, na época, o melhor do Rio de Janeiro. Era muito puxado; eu estranhei, pois era um colégio que exigia, ao mesmo tempo em que dava liberdade ao aluno. O genro da fundadora, Carlos Octavio Flexa Ribeiro, com quem me dava muito bem, e era, inclusive, amigo da minha família, entrava nas turmas do Clássico e do Científico e dizia: “Olha, neste colégio vocês não precisam ter medo; como adolescentes precisam ter liberdade para se exprimir. Não é necessário se esconderem dos inspetores de disciplina, pois eles não estão aqui para punir vocês, mas sim para servi-los. Se não querem ter aula, fiquem no pátio, não se escondam. Às 10 horas o portão é aberto, se quiserem ir à praia, ninguém vai impedir. Porém, quem não souber e/ou não tiver frequência, não passa de ano.” Tanto era assim que, no segundo ano do Clássico, foi reprovado, sem direito à segunda época, meu querido

amigo Paulo de Tarso Fernandes Nonato [da Silva], filho do então presidente do Supremo Tribunal Federal, Orozimbo Nonato [da Silva]. Dessa forma, um colégio que reprova o filho do presidente do Supremo Tribunal Federal, por faltas, é um colégio que se faz respeitar. E nós o respeitávamos muito. Tive lá grandes amigos que se tornaram nomes na indústria e no comércio, como meu amigo Giacomo [René Maria] Luporini, filho de Marcello Luporini, dono da indústria Luporini. O Giacomo foi um grande amigo de turma, que agora está morando com o filho em Miguel Pereira, depois de ter perdido uma fortuna enorme, e, infelizmente, sofrendo de Alzheimer. Há muitos outros, mas é impossível enumerar todos. Em 1948, prestei o vestibular para Direito.

Memória MPM– *Por que a opção pelo Direito?*

Renato da Cunha Ribeiro – Quando era menino, meu pai perguntava o que gostaria de ser quando crescesse. Respondia que queria ser cantor de rádio ou jogador de futebol, pois achava que era essa a turma que ganhava dinheiro; depois percebi que advocacia dava dinheiro também. Meu pai e meus dois irmãos eram advogados e minha irmã, professora, por isso resolvi seguir a tradição da família no Direito. Eu tinha, também, um temperamento compatível com a área. Duas profissões que, acho, me daria bem, pois, como se percebe, sou muito falador e aprecio a comunicação, são o Direito e o teatro cômico.

Naquele tempo só se podia fazer vestibular para uma Faculdade, então escolhi a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, aconselhado por vários professores, amigos do meu pai, como Nelson Hungria [Hoffbauer], Ary de Azevedo Franco, entre outros. Era a Faculdade mais puxada. Existiam duas principais: a da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde

se formaram meus dois irmãos; e a da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, para onde foi meu amigo Giacomo Luporini. Muitos outros estudaram na Federal, como o José Bonifácio de Andrada e Silva – não o velho, o novo, sobrinho-neto de terceira geração –; o Plínio Bento de Faria, neto do ministro do Supremo Tribunal Federal, Antônio Bento de Faria; Paulo Nogueira Baptista, embaixador na Alemanha, e depois ministro de Estado; tantos colegas...

Naqueles tempos antigos, dos anos 1940, o Supremo Tribunal Federal era um baluarte, inclusive de democracia; não era essa “esculhambocracia” de hoje. Era democracia verdadeira, de centro, sem pender nem para a esquerda nem para a direita. Existia liberdade de expressão, de palavra, de opções. Hoje, é esculhambação; não sei onde vamos parar, só Deus sabe! Naquela época, o Supremo era supremo! Entrei para a Faculdade em 1948 e também para o escritório de meu pai, com 18 anos, assim como os meus amigos de toda a vida, o desembargador César Augusto Leite, e o procurador de Justiça Gerson Nicácio Garcia.

Memória MPM – *Quais eram as causas com as quais o escritório lidava?*

Renato da Cunha Ribeiro – Trabalhamos como os médicos clínicos gerais, com causas diversas, desde 1909 até hoje, estando o escritório com 106 anos de existência. Na época de meu pai – peço que me desculpe se parecer vaidade –, era considerado o maior escritório do Brasil. Tivemos causas importantíssimas, como quando meu pai defendeu os revoltosos do “Levante dos 18 do Forte de Copacabana”, que ocorreu em 1922. O Eduardo Gomes chamava meu pai de Dr. Targino e meu pai o chamava por você. Eu me dava bem com o Eduardo Gomes. A “Revolta do Encouraçado São Paulo”, quando

o Augusto do Amaral Peixoto, não o governador, o presidente da Assembleia, era tenente. Quando da desapropriação da *São Paulo Railway*, apesar de todo o corpo jurídico que tinha o Estado de São Paulo, papai foi contratado para defender esta causa, pelo então interventor federal José Carlos de Macedo Soares, que vem a ser tio-avô da minha primeira mulher; foi ministro das Relações Exteriores, governador de São Paulo, fundador do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Me dava muito bem com ele, o chamava de Dr. Zé Carlos.

Quando o papai chegava ao Supremo Tribunal, para defender uma causa, era levado diretamente à sala dos ministros, onde eles colocavam a beca, tomavam café, trocavam ideias e, papai ficava ali, em grau de igualdade. Uma vez, quando José Linhares era presidente da República, papai foi ao Palácio do Catete falar com ele e encontrou o ministro da Justiça, Antônio de Sampaio Dória. De repente, José Linhares, excelente pessoa, de uma simplicidade enorme, falou: “Aqui não tem mais presidente da República, nem ministro da Justiça, nem advogado famoso. Aqui estão três mocinhos, da turma de 1908, da Faculdade de Direito de São Paulo.”. Mais alguns nomes importantes desta turma são: Waldemar Martins Ferreira, Gastão Vidigal, Jorge Doria, advogado famoso de São Paulo, Filadelfo de Azevedo, se não me engano, entre outros.

Papai era um homem encantador, de uma simplicidade enorme e um tino espetacular, além de portador de grande sabedoria jurídica.

Outra causa importante foi a questão de limites de terras entre o os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais. Papai foi convidado a ser o advogado de Espírito Santo. O governador, Carlos Lindenberg, esteve em nossa casa à noite, convidando meu pai a advogar pelo Estado, pois havia

escutado, de Levi Carneiro e também do presidente Eurico Gaspar Dutra, que o Dr. Targino Ribeiro era o melhor advogado do Brasil. Nesse processo, uma coisa muito interessante, que me lembra de uma espécie de retrato do Brasil atual é que o papai cobrou, na época, Cr\$1 milhão e o governador disse que teria de vender o Estado para lhe pagar [risos]. Finda a questão, papai já havia falecido e meu irmão Raul da Cunha Ribeiro, que estava chefiando o escritório, foi cobrar a segunda parte dos honorários. Em função da inflação, contudo, recebeu apenas uma nota de Cr\$ 500,00, pois na época do fim do processo não existia correção monetária. Aproveitamos muito bem os primeiros honorários; eu recebia 5% da renda do escritório e, na segunda parte, foi apenas uma notinha de Cr\$500,00.

Existem tantas histórias do escritório... Papai tinha uma secretária alemã, dona Ana Fischer, que se chamava Julia, mas preferia Ana mesmo [risos]. Ela adivinhava os pensamentos do meu pai; corria a fazer tudo, por antecipação. Em um daqueles dias agitados, papai estava trancado na sala dele com o Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello e, na sala de espera, estavam o gerente-geral da Leopoldina Railway, da qual meu pai também era diretor; o gerente do Banco Holandês Unido; o representante da multinacional Frigorífico Anglo, todos aguardando para conversar com meu pai. Nisso, meu sobrinho Ruyzinho, que hoje dirige o escritório – na época estava com cinco anos, louro, com os cabelos espichados para a frente, de olhos verdes –, abriu a porta do escritório de papai com toda a força e dona Ana gritou: “Não abre essa porta, menino. Seu avô...”, mas não houve tempo, ele já havia entrado e começado a falar: “Oi, vovô. Vamos para a casa de brinquedos?”. Meu pai o apresentou ao Chateaubriand, que o cumprimentou e teve como resposta: “Vou levar o meu avô, viu?”. Então papai disse ao Chateaubriand

que o Raul o atenderia; chamou meu irmão pelo interfone e disse: “Venha até a minha sala atender ao Chateaubriand, porque vou com o Ruyzinho até a casa de brinquedos. Meu neto é mais importante que qualquer um de vocês!” [risos]. E ainda completou com um: “Ouviu, seu Mello?”, que rapidamente respondeu, rindo, que se entenderia com o Raul. Dois homens de simplicidade enternecedora, meu pai e o Chateaubriand. Papai saiu, foi até a sala de espera, avisou para todos aqueles que o estavam aguardando que iria para a casa de brinquedos com o Ruyzinho e que, se o assunto fosse muito importante, que só pudesse ser resolvido com ele, esperassem, que voltaria. Mas ele fazia isso com tamanha simpatia e charme que ninguém se zangava.

Quando o escritório estava bem, todo o fim de mês havia uma romaria de velhinhas, algumas tias do papai. Inclusive uma jornalista que o tinha ajudado, fiando os jornais para ele antigamente, pois, quando papai veio para o Rio de Janeiro e começou a advogar, sem conhecer ninguém, enchia a pasta de jornais para dizer que tinha causas e poder ficar no foro. Nessa época, muitas vezes, tinha de ir andando da Rua do Rosário até a Central. Quando essa senhora jornalista não pôde mais trabalhar, passou a ir buscar uma mesada todo fim de mês no escritório, pois papai lembrava-se dos tempos de início da carreira e retribuía aos que o haviam apoiado.

Quando o chofer do papai bateu com o carro, ele esperou o carro ficar pronto e pediu demissão, alegando estar com pouca visão e que, por isso, tinha batido o carro. Meu pai disse saber que ele não era culpado e se preocupou em como ele iria se sustentar se se demitisse. Ele respondeu ao papai que tinha a aposentadoria do IAPETEC – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, para receber. Papai disse que isso era coisa do Getúlio [Vargas] e que poderia receber aquele dinheiro, mas, como

havia conduzido nossa família em segurança por 25 anos, deveria, todo o dia 30 de cada mês, passar no escritório para continuar recebendo seu salário integral, mesmo tendo se demitido. Quando o Roque, nosso empregado do escritório por 53 anos, fez 25 anos de serviços, papai lhe deu uma casa. Quando fez 50, papai já sendo falecido, meu irmão Ruy lhe deu Cr\$ 500 mil. Ele reconhecia os empregados, coisa que nem todos os patrões o fazem.

Memória MPM – *Seu pai nasceu em Cabo Frio?*

Renato da Cunha Ribeiro – Não. Em São Pedro de Aldeia e, com cinco anos, mudou-se para Campos. Então, foi estudar na Faculdade de Direito de São Paulo. Meu avô era exportador de café, de uma projeção muito grande. De repente, houve uma crise no café e perdeu tudo, exceto o que não estava no nome dele. Vovô passou a viver de um colégio que ele havia dado à minha tia Antonieta Ribeiro, de presente de formatura como professora. Papai, então, escreveu de São Paulo a meu avô, pedindo que suspendesse sua mesada de estudante, e passou a trabalhar na Secretaria da Faculdade e dar aulas particulares aos vestibulandos, até se formar. Meu avô transferiu o colégio para São Paulo de Muriaé, onde nasceu minha irmã Lúcia da Cunha Ribeiro e, de lá, foram para o Rio de Janeiro. Meu pai chegou ao Rio de Janeiro sem conhecer ninguém e começou a advogar aqui, ali, acolá e, com muito esforço, conseguiu ser considerado o melhor advogado do Brasil em sessão do Senado. Houve, inclusive, uma ocasião em que o presidente do Supremo, não lembro se era o José Linhares ou o Orozimbo Nonato [da Silva], mandou colocar uma cadeira na tribuna e pediu para que meu pai falasse a seus pares. Só ele e Rui Barbosa receberam essa honra.

Tivemos, como grandes clientes, a Dupont, o Banco Holandês, o Banco Português, a Leopoldina Railway, a Cantareira, o Severino Pereira da

Silva com todas as indústrias têxteis; de cimento, da Paraíso e Barroso, a E. G. Fontes com todas as companhias de exportação e importação, o Frigorífico Anglo, a Auxiliadora Predial, a *Assicurazioni Generali di Trieste e Venezia*, a *Shell*, a Antartica, a Tabacaria Londres, entre outros.

Memória MPM – *Na política, seu pai tinha tradição mais getulista ou mais udenista?*

Renato da Cunha Ribeiro – Papai era essencialmente democrata. Numa oportunidade, em 1945, saiu no noticiário que o brigadeiro Eduardo Gomes havia sido ovacionado na avenida Rio Branco. Acontece que ele estava saindo do nosso escritório, onde havia ido receber um auxílio para a campanha, dado pelo Severino Pereira da Silva. O Eduardo Gomes era udenista; meu pai já não estava muito de bem com o Getúlio Vargas, porém, somente depois de 1937 passou a lhe fazer oposição. Getúlio era um homem *sui generis*. Combatia e, quando sentia que o adversário era mais duro, o chamava até ele. Dessa forma, chegaram cartas da presidência da República para meu pai, oferecendo-lhe, por duas vezes, a Procuradoria-Geral do Ministério Público Federal, duas vezes o cargo de ministro do Supremo, uma, o cargo de ministro da Justiça e outra, o de ministro da Fazenda. Não temos essas cartas, pois papai devolveu todas com seu cartão de visitas pregado, com os seguintes dizeres: “Meus ideais são incompatíveis com seu regime. Obrigado, não aceito.”. Os homens daquele tempo eram diferentes dos de hoje.

Meu pai fez um *habeas corpus* no Supremo Tribunal de uma causa famosa, que permitiu que voltassem ao Brasil, do exílio, em pleno regime ainda ditatorial, em 1945, Armando Sales de Oliveira, Otávio Mangabeira e Paulo Nogueira. Posteriormente, recebemos um telegrama do Otávio Mangabeira,

já como governador da Bahia, agradecendo e lembrando este fato. Papai era dessas coisas... houve muitas outras causas políticas.

Um dia, ao sair do escritório, convidou-me para jantar fora, porque iria fazer um discurso em um comício pela liberdade do Luís Carlos Prestes, na Associação Brasileira de Imprensa. Eu sabia que ele não era comunista, então questioneei o porquê de participar em um comício deste tipo. Ele me respondeu que como havia feito o *habeas corpus* para que o Otávio Mangabeira voltasse ao Brasil, se não discursasse em prol da liberdade do Prestes, estaria sendo parcial e não deveria sê-lo.

Papai presidiu a OAB por duas vezes, entidade também presidida pelo meu irmão Raul, que, a semelhança do papai, recusou o convite para integrar o Supremo, pois não quis largar o conforto da casa e da família para se enfiar em um apartamento frio de Brasília, somente pelo nome que vinha com o cargo. O Ruy era o chefe do Departamento Jurídico da *Light*; um dia, o convidaram para se tornar presidente, porém ele não quis, pois teria de abandonar o escritório, de onde vinha a maior parte do seu rendimento. Ele também era tenista; defendeu o Brasil nas Olimpíadas Universitárias de Mônaco e deram seu nome, como homenagem, a um campeonato de tênis [Taça Ruy da Cunha Ribeiro, Tijuca Tênis Club]. Foi um grande tenista, um dos três melhores do Brasil à época, sendo o primeiro do Rio de Janeiro, campeão carioca. Tinha um coração enorme. Foi vice-presidente da Aerovias Brasil e vice-presidente das Lojas Murray, juntamente com Álvaro Sá. Construiu a vida dele como advogado.

O governo inglês enviou para as pessoas gradadas – meu pai entre elas, pois grande parte das companhias em que ele advogava eram inglesas –, uma

caixa com artefatos de pedra, uma faca de madeira, um cinzeiro, um peso de papéis e alguns pegadores de livro. Tenho um certificado assinado por *Sir Vincent Bradley*, que era presidente da Casa dos Comuns. Este pedaço de madeira pertencia ao Parlamento, no Palácio de Westminster; são fragmentos do bombardeio. Papai tinha muito apreço por esses objetos e, quando faleceu, os dividimos entre os irmãos; agora estão com os netos.

A secretária do papai, dona Ana, era germanófila. Eu, com dez anos na época, fui influenciado por ela e acabei torcendo pela Alemanha no início da Guerra Mundial. Quando iam ao escritório os clientes ingleses de meu pai, embora havia, também, alemães e italianos, a dona Ana começava a discutir sobre a guerra com os presidentes das empresas inglesas, dizendo que o Hitler estava certo. Papai ficou em uma situação complicada, porque, ao mesmo tempo em que não podia prescindir dos serviços dela, não a podia impedir de expressar suas ideias; então, trocou os horários da dona Ana, passando a trabalhar pela manhã em nossa casa: assim não prejudicava o andamento do trabalho e ela não brigava mais com os clientes.

Quando papai morreu, o Raul ficou na chefia do escritório. Ele sabia de Direito como pouca gente sabe. Quando foi nomeado juiz de alçada, cargo equivalente ao de desembargador, não podia mais advogar, portanto passou a chefia do escritório a meu outro irmão, Ruy da Cunha Ribeiro. O Ruy morreu em 1979. Em 1980, fui nomeado procurador da Justiça Militar e tive que assumir o cargo na Bahia. Então, o meu sobrinho Ruyzinho assumiu a chefia do escritório, o que foi uma escolha muito interessante, pois não sou bom administrador. Se eu tivesse substituído meus irmãos, talvez o escritório não tivesse feito cem anos, porque não tenho o tino administrativo que meu sobrinho tem para dar essa continuidade. Não que eu seja trêfego demais, só

não tenho essa qualidade de administrar, como o Chateaubriand, que sempre pensou no bem do Brasil, mas não entendia de administrar o seu império jornalístico e cometeu muitos erros. Mas era um encanto de pessoa! Um dia, ele me pegou pelo braço, me levou ao jornal e me contou histórias dele, rindo às gargalhadas. Convivi com muitas pessoas boas e com grandes personagens da nossa cultura jurídica e política.

Quando fui receber a *Medalha Sobral Pinto*, na Ordem dos Advogados do Brasil, também tinha sido agraciado meu colega de turma, Ricardo Pereira Lira, filho do José Pereira Lira, que levou meu irmão Raul a advogar na *Light* e, depois, o Ruy e o Ruyzinho. Quando foi minha vez de ir para a *Light*, eu estava advogando internamente para o Severino Pereira da Silva. O senhor Pereira era um grande homem. Tinha uma fazenda-zoológico aqui pertinho, com leão, zebra, camelos, lhamas. Fiquei hospedado lá muitas vezes. Um dia, nosso amigo Paulo da Costa Reis, advogado da *Light*, e também substituto de advogado de ofício, perguntou ao meu sobrinho, Ruyzinho, se gostaria de ocupar uma vaga de substituto de advogado de ofício, na Justiça Militar. Já que o Ruyzinho não se interessava por essa área, disse ao Paulo que me procurasse, e eu agradei o convite. Aceitei-o.

Assim, no ano de 1970, entrei para a Justiça Militar como segundo substituto de advogado de ofício da Segunda Auditoria da Aeronáutica. Lá passei dez anos. Em 1980, fui nomeado procurador militar pelo ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, no governo do João [Baptista de Oliveira] Figueiredo. Naquela época, o Ministério Público fazia parte do Ministério da Justiça. Eu senti que a tendência era acabar com os substitutos de advogado de ofício, e ao mesmo tempo, prestigiar o Ministério Público. Por esse motivo, comecei a me esforçar para ingressar na instituição. Não havia, então, concurso.

Eu devo à bondade e à misericórdia de Deus ter entrado no Ministério Público, porque sonhar em passar da Defensoria de Ofício ao Ministério Público Militar era um pulo de carreira que não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Tenho uma gratidão e admiração enorme pelo Edgard de Brito Chaves Júnior, que sabia da minha pretensão, e me disse que quem poderia indicar novos membros, ao procurador-geral Milton Menezes da Costa Filho, era o pai dele, Milton Menezes da Costa, um amor de pessoa, a quem também agradeço e muito admirava. Porém, o Milton Menezes da Costa era nosso adversário na Ordem dos Advogados: era presidente do Sindicato e nós, componentes da Chapa Azul, desde a época do meu pai, embora sempre tenhamos lutado com honra e dignidade, sem falsidade. Comecei, então, a procurar pessoas que pudessem me garantir essa passagem.

O Ruy, meu irmão, morou muito tempo com a sogra e, quando ela faleceu, ele decidiu levar a esposa para desanuviar a cabeça na Europa. Em função disto, foi até a Policlínica de Botafogo, cujo laboratório pertencia ao meu cunhado, fazer o exame e tomar as vacinas exigidas e lá descobriu que estava com leucemia. Aquilo foi um baque! Na sexta-feira pediu-me que preparasse meu currículo e o entregasse a ele; na segunda-feira, teve um pequeno derrame e foi internado no Hospital Adventista Silvestre, onde teve outro derrame, no tronco cerebral, e morreu.

Enquanto ele estava internado, conversei com o Caetano da Fonseca Costa, que substituiu meu irmão Raul na presidência do Tribunal de Alçada. Perguntei se ele se dava bem com o Milton Menezes da Costa; respondeu que apenas se cumprimentavam, nada além, mas que o advogado Pedro Farah tinha uma relação boa com ele. Na missa do meu irmão, o Caetano disse que havia conversado com o Farah, que aguardava uma ligação minha e me passou o

número de telefone. Liguei e ele me informou que havia marcado uma reunião com o Milton na sexta-feira, no Sindicato.

Fui até lá, o Farah ainda não havia chegado; o Dr. Milton me viu, perguntou se gostaria de falar com ele, respondi que sim e fomos até sua sala. O Raul já era falecido; o Dr. Milton, então, perguntou como estava o Ruy, e respondi que acabara de falecer. Depois, chegamos ao assunto da reunião: comentei que estava havia dez anos na Justiça Militar e que tinha sabido da abertura de duas vagas no Ministério Público, para uma das quais tinha muito interesse em ser nomeado, e queria saber se ele poderia fazer isto por mim. Isso foi em novembro; ele falou que passaria o Natal em Brasília e que, no início de janeiro, entraríamos em contato novamente.

No dia 2 de janeiro, a Graça, minha esposa, atendeu ao telefone e me avisou que o Dr. Milton queria falar comigo. Ele me perguntou se aceitaria a vaga de Salvador. Respondi que se me mandasse para Timbuctu iria feliz. Agradei muito, e, inclusive, mandei uma placa de prata a ele como sinal da minha gratidão. Teve, em seguida, todo o processo de aprovação no SNI – Serviço Nacional de Informações. Depois da indicação fui nomeado e, no dia da minha posse, fui a Brasília, onde o Dr. Milton Filho me recebeu e me disse: “Renato, você é um homem de sorte, porque você pediu à única pessoa para quem eu não poderia negar, que é o meu pai.”. Abriu as gavetas e me mostrou todos os outros pedidos: havia do Eduardo Gomes, de diversos generais, e até do Figueiredo, presidente da República. Entrei nomeado, pois não existia ainda o concurso, mas me senti à vontade, porque não havia feito nada de desonesto, simplesmente pedi. E, quando abriu o primeiro concurso, em 1981, me inscrevi.

Assim que fui nomeado pelo Dr. Milton, a primeira coisa que fiz foi ir ao quinto andar, pedir exoneração do cargo de advogado de ofício. Em seguida, fui à Câmara dos Deputados encontrar o Célio de Oliveira Borja; o procurei para perguntar como andava o processo de efetivação no Ministério Público e ele me informou que estava para votação. Então, lhe disse que precisava ir ao Rio de Janeiro, depois seguir para a Bahia, alugar minha esposa em um apartamento menor, e pedi que me avisasse com antecedência o dia da votação. O Célio pediu ao chefe de gabinete que pegasse meu telefone e me ligasse diariamente, para me manter atualizado do andamento. Ele segurou o processo para que desse tempo de eu ir para Salvador. Deixei minha mulher, minhas duas filhas e os cachorros em um apartamento menor em Copacabana e fui dirigindo para Salvador. Chegando lá, tomei posse na casa do Kleber, na festa de aniversário do filho dele. Passei cinco meses e voltei.

Na Bahia, meu primeiro caso foi a greve da Polícia Militar. Um fator interessantíssimo foi que, ao chegar a Salvador, o Kleber de Carvalho Coêlho, um excelente sujeito e, posteriormente, grande procurador-geral, pediu férias para estudar para o concurso e tive que assumir o cargo no lugar dele. No início, era para eu ficar na Bahia permanentemente, porém, tomei posse em 9 de maio e, em 9 de outubro, já estava de volta ao Rio de Janeiro. Mas eu tinha ido mesmo para não ficar, tanto que, antes de embarcar, o Ruyzinho me perguntou como ficaria o escritório e eu respondi: “Você toma conta e eu continuo recebendo, porque eu preciso, você é meu sobrinho e nós nos amamos.”. Ele, então, disse que eu havia dado um bom motivo, mas que isso se estenderia por seis meses e depois veríamos como iria ficar. Em cinco, já estava de volta ao Rio de Janeiro, porque entrei firme trabalhando em Salvador. Eu e o Kleber zeramos os processos na Auditoria, enquanto as outras ainda estavam

cheias. Quando soube que a Vera Regina Coelho Americano – um encanto de pessoa –, havia se casado e mudado para Brasília, liguei para o Dr. Milton e escrevi uma carta de dez páginas, mostrando como a Auditoria estava zerada. Nela escrevi que estava longe dos meus livros, do meu escritório, da minha família, sozinho em Salvador. Assim, pedi retorno ao Rio de Janeiro para a vaga da Vera. Isso foi numa sexta-feira; na terça-feira, o Dr. Milton me ligou, dizendo que a Vera não havia aberto a vaga dela para mim, porque nós éramos substitutos, mas que a minha carta o tinha comovido e queria saber se aceitaria assumir a 2ª Auditoria da Marinha, em caráter precário, e condicionado a viajar para Salvador sem direito a diárias, sempre que preciso.

Memória MPM – *Em quais casos o senhor atuava na advocacia?*

Renato da Cunha Ribeiro – Foram vários. O E. G. Fontes, por exemplo, deixou para a filha, aproximadamente, dois mil imóveis, entre casas, terrenos, apartamentos e edifícios. Ele tinha uma imobiliária chamada Metropolitana, somente para cuidar de seus próprios imóveis. A Imobiliária Metropolitana era nossa cliente, tanto quanto o Banco Português e os negócios de importação e exportação, também do Fontes, um grande milionário. A Maria Thereza Fontes Williams, sua filha, hospedava reis e rainhas, como os da Suécia, quando vinham ao Brasil. A casa deles, na Pedra Bonita, no alto da Boa Vista, parecia um castelo, com campo de tênis, todo o conforto. Eu fui lá muitas vezes quando era pequeno. O Brasil tem coisas que nunca foram difundidas; essas coisas até podem parecer bobagens e, às vezes o são, porque muito mais que a riqueza, é importante a honradez, o bom nome, o significado da vida, o amor. Creio em tudo isso. Dinheiro é secundário, mas é interessante para que se possa viver melhor.

Memória MPM – E no Ministério Público?

Renato da Cunha Ribeiro – No Ministério Público também tive casos importantes. O primeiro que peguei foi a greve da Polícia Militar, em Salvador e toda a Bahia. Fui para lá substituir o Kleber. Quem assessorou os IPMs foi meu querido amigo Montenegro, já falecido.

Peguei dois processos de IPM, um da Marinha e, o outro, do Exército, com mais de mil páginas cada um. Em Salvador, fui ao Comando Naval; a Polícia Militar não estava jurisdicionada ao Exército nem à Marinha, ela não tinha nada a ver com nada! Mas o Exército abriu um inquérito policial militar, porque considerou aquela greve uma infração à Lei de Segurança Nacional e, a Marinha, porque houve um entrelhecho com as tropas da Polícia Militar, o que ocasionou a morte de um oficial da Polícia Militar e ferimentos em outro, que ficou paralisado. Dessa forma, a Marinha abriu um IPM e o Exército, outro. Neste ponto, o general e o almirante pararam de se falar e, quando houve a passagem de comando do general, o almirante foi para o mar para não ter de ir à posse. Havia essa crise quando cheguei lá.

Logo que cheguei fui ao 2º Distrito Naval e falei com o oficial de segurança, que me disse que a situação estava feia; cada um querendo puxar as coisas para si. Era um clima de guerra, a Polícia Militar em greve, Exército e Marinha se entrelhechando. Falou que eu deveria resolver. Encarei! Me apresentou dois sargentos, que iriam ser meus seguranças pelo tempo que ficasse na Bahia, porque o clima não estava mesmo dos bons, mas não aceitei; não gosto de homem, principalmente atrás de mim [risos]. De lá saí para visitar algumas amigas e fui jantar. Pedi o jantar e, de repente, entrou um cavalheiro vestido de calça cinza e camisa branca, que parou em frente ao caixa,

sacou um revólver e deu dois tiros para o alto olhando para mim. Levantei, fui ao caixa e perguntei ao moço que lá trabalhava se não iria chamar a Polícia. Ele respondeu que o homem que havia atirado era oficial da Polícia e, não adiantaria nada. Eu pensei que o negócio era comigo mesmo.

Essa greve teve repercussão nacional, todos os noticiários de rádio e televisão estavam acompanhando e avisaram que chegaria um procurador do Rio de Janeiro para oferecer, ou não, a denúncia. Eles queriam saber como iria resolver aquela briga e eu disse que não atenderia a ninguém da imprensa. No dia que foi anunciada a minha chegada, todos correram para o aeroporto, enquanto eu desembarcava na rodoviária. Da rodoviária peguei um táxi e fui para o Grupamento de Fuzileiros Navais de Salvador, onde iria ficar hospedado. Eles me procuraram em todos os hotéis, mas fiquei 25 dias no Grupamento, sem que ninguém me descobrisse ali.

Um dia, houve uma passagem de comando da Marinha em um almoço, e lá estava uma apresentadora de televisão. Ela me perguntou se eu havia vindo do Rio de Janeiro e se conhecia o Renato da Cunha Ribeiro, que apresentaria, ou não, a denúncia. Falei que não o conhecia, e quando me perguntou o que eu fazia, desconversei, dizendo que era também da imprensa. Aos poucos, fui estudando o processo. A primeira coisa que fiz foi decidir a questão do Exército e da Marinha, na qual mandei trocar peças dos dois IPMs, de um para o outro. E decidi que o IPM do Exército julgaria exclusivamente a questão da greve e o da Marinha os acontecimentos da “Calçada”, ou seja, o tiroteio que aconteceu na Praça da Estação. Assim, distribuí as atribuições salomonicamente, metade para cada um, e eles se acertaram. Havia duas preocupações principais: a primeira era saber a verdade. Como fiz isso? Bem, eu estava hospedado nos fuzileiros: mandei chamar os oficiais da Marinha

que conhecia e os que ainda não. Falei a cada um que queria a verdade; alguns insistiram que já tinham prestado depoimento, mas pedi que mesmo assim falassem a verdade. Queria saber quem da Marinha havia atirado, quem estava lá, quem não estava, toda a verdade.

O negócio aconteceu da seguinte forma: era comandante do Grupamento de Fuzileiros o Fragata Ribeiro, e o governador baiano Antônio Carlos [Peixoto de] Magalhães, dividiu a cidade em três zonas. Encarregou a Aeronáutica de ocupar, com as viaturas da PM, pois a cidade estava sem policiamento, o trecho da cidade que ia do aeroporto à Barra. Da Barra ao Campo Grande encarregou o Exército e, a área da Cidade Baixa, ficou ao encargo da Marinha. Foi ali que houve o confronto. Quando os grevistas souberam que suas viaturas estavam sendo ocupadas por soldados da Marinha fuzileiros, eles começaram a retomá-las à força, com violência. Ao tomar conhecimento, o Ribeiro mandou recolher todos os carros da Marinha ocupados por fuzileiros, para evitar o confronto. Mas não conseguiu evitar o da Praça da Estação, porque enviou uma *Kombi* que chegou no exato momento em que a guarnição da Marinha armada era rendida pelos oficiais grevistas. Temendo um tiroteio, o Ten. Ribeiro, não o comandante, chegou de mãos levantadas, mas foi recebido a tiros pela PM. Com sorte, conseguiu não ser alvejado, pois se jogou ao chão. Porém, quem estava no carro, vendo essa situação, reagiu. Foi assim que morreu o oficial da PM e o outro ficou paraplégico. Apurado este entrevero, pude então resolver outras questões. Um dos chefes da greve era o major Etiene Falcão, que era considerado o terror da PM. Duas chacinhas tinham sido comandadas por ele, além de ter chefiado o ataque a um carro. Em uma ocasião, saí à noite com um amigo, o Schmitt, oficial da Aeronáutica. Estávamos em um grupo e paramos em Piripiri, que era zona de influência e

moradia deste major. Sentei em um barzinho, pedi um uísque e quem estava sentado ao meu lado? O major Etiene! Não pude fingir não tê-lo visto. Então, o cumprimentei, ele cumprimentou de volta, suspendi o jantar que havia pedido, porque não ia afrontá-lo, mas não dei uma de covarde também... Terminei meu uísque, tranquilamente, pedi a conta, dei boa-noite a ele e fui embora.

Outra vez, tive um caso assim na Auditoria da Marinha, em que fiquei a três metros de um sujeito do Comando Vermelho, em uma sala de audiências. Era um sujeito incrivelmente forte, já havia matado três ou quatro e tentado matar mais dois. Na sessão em questão, tinha intencionado fugir. Algumas coisas são inexplicáveis... Uma vizinha minha, esposa de um advogado, tinha visões. Ela descreveu o sujeito certinho, antes de ele ser preso pelo capitão Sérgio, sem tê-lo visto, e me disse que ele estava ameaçando matar a mim, ao Sérgio e ao juiz e que planejava fugir no dia seguinte. Disse, ainda, que a fuga tinha sido planejada por outra pessoa que era sarará. Não tive dúvidas. Depois que ela me disse isso tudo, fui falar com o Arnaldo, que era comandante do Distrito Naval do Rio de Janeiro e mais tarde ministro-chefe das Forças Armadas, meu amigo desde que ele estava na Escola Naval. Falei que havia uma fuga premeditada para tal dia, de um sujeito que iria prestar depoimento na Auditoria e, então, pedi que reforçasse todo o policiamento da área. Quando encostei o carro na vaga privativa junto ao prédio da Auditoria, o capitão Sérgio chegou dizendo ter prendido o Sarará e que era ele quem estava armando a fuga do Cláudio. Começou a sessão, eu acusei, com muito respeito, o qual tenho sempre por todos os réus. Acho que o réu também merece respeito, assim como o juiz, o advogado e o promotor. Olhei para ele: estava uma fera! Quando acabou a sessão, o oficial de Justiça perguntou-lhe o que faria; ele disse que mataria esse promotor e esse juiz e fugiria. Quando ouvi

isso o encarei de lado, ele me encarou de volta e abaixou os olhos. Quando fez isso, pensei ter ganhado. Ao fim da sessão, o datilógrafo colocou-se entre nós para me defender, mas eu não tinha pedido, não!

Memória MPM – *E os réus da Lei de Segurança Nacional?*

Renato da Cunha Ribeiro – Há muita gente por aí requisitando indenização, sob o argumento de que estava defendendo a democracia durante o regime militar, mas as coisas não eram bem assim. Eles queriam implantar o comunismo no Brasil, todos eles! Eu vivi isso. Uns eram leninistas, outros maoístas, mas todos comunistas de carteirinha assinada; queriam simplesmente derrotar o governo e implantar o comunismo. Ninguém queria uma democracia, fosse liberal ou socialista.

A prova disso é o crime do marinheiro inglês, que pedi para que não mandassem para mim o caso. Um marinheiro inglês veio em uma força-tarefa para aqui, no Rio de Janeiro, saltou porque queria conhecer Copacabana, pegou um táxi e, quando chegou à esquina da Rua Larga, foi fechado por um *Volkswagen*: os ocupantes saíram de metralhadora em punho, mataram o rapaz, de 20 anos – chamava-se David –, gritando que era preciso implantar o comunismo e soltaram panfletos. Isso é combater a ditadura? Assassinar um homem da companhia de gás, em São Paulo, na frente dos filhos e depois vir dizer que sofreu tortura?... Ora, dê-se ao respeito! Prove que sofreu tortura! Prove, que dou crédito. Do contrário, não. Direito não é brincadeira. Quem afirma precisa ter provas. Quantos outros crimes horrorosos eles cometeram?...

Memória MPM – *O crime do marinheiro inglês foi na sua época de defensor de ofício. O senhor defendeu os réus?*

Renato da Cunha Ribeiro – Não. Achei aquilo uma barbárie tão grande que pedi que os autos fossem distribuídos para outro advogado de ofício. Uma vez, em outro caso, tive que parar a defesa e virar para os meus dois réus, um deles filho do Nelson [Falcão] Rodrigues que, enquanto o pai chorava de desgosto na sala de espera, ele estava sentado mascarando chiclete, junto ao amiguinho, afrontosamente de pernas cruzadas diante do Conselho, conversando. Parei e disse: “Um instante. Ou os réus se comportam como réus, ou vou parar a defesa, porque eles não estão com uma postura digna de um Tribunal. Estão afrontando o Tribunal, o Ministério Público e a defesa.”. O promotor do caso era o Ruiz, meu grande amigo, que posteriormente teve um derrame e está há três anos de cama – é enteado do ministro Nelson Sampaio Barbosa, do Superior Tribunal Militar –, uma pessoa maravilhosa, muito amiga.

Nós, os antigos – não sei como está hoje –, éramos uma turma unida, compacta. Já entrevistou o Jorge Luiz Dodaro? Ele é um encanto de pessoa; sempre foi comedido. Pegávamos os piores casos; ele pegou o do Riocentro. Desejei-lhe boa sorte no caso, do qual escapei por pouco, porque soltaram uma bomba no Espírito Santo e esse processo veio para mim. Mas é aquele negócio, sou um homem que não cultivo ódios, graças a Deus. Às vezes faço conceitos não muito lisonjeiros de certas pessoas, mas sempre digo os porquês. Nunca é a ponto de odiar ou querer mal, pelo contrário. O Ministério Público, para mim, sempre foi um lugar de devoção. Nunca sofri qualquer pressão por parte de nenhum procurador-geral para julgar assim ou assado, para acusar ou deixar de acusar, para denunciar ou não.

Memória MPM – *O senhor recorda outros casos impactantes em que tenha atuado?*

Renato da Cunha Ribeiro – O assalto a duas agências do Banco do Brasil, realizadas por pessoas que ajudaram a organizar o Partido dos Trabalhadores, como o sargento Antônio Prestes de Paula. Ele e outros se reuniram na Bahia, oriundos de vários lugares como Serra Pelada, Salvador, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, para se organizarem e assaltarem agências bancárias naquele Estado. Na agência de Vitória da Conquista, renderam o gerente e sua família: encostaram a arma na cabeça das crianças para que o gerente abrisse a agência mais cedo na manhã seguinte, o que ele fez. Na fuga, espalharam “miguelitos” pelo chão, aquelas bolas de ferro com três pontas. Como tiveram sucesso, decidiram assaltar outra agência do Banco do Brasil, agora em Salvador, mas nessa foram presos em flagrante delito. Todos eram filiados ao PT. O partido disse que não tinha relação nenhuma com o caso. Mas, na casa deles, foram encontrados exemplares do jornal interno do PT e, esses jornais diziam algo assim: “Temos que tomar o poder. Seja legalmente ou através da guerrilha urbana.”. Esse processo dos assaltos foi no ano de 1986, depois da Anistia e antes da Constituinte. Após o Carnaval de 1986, denunciei os acusados.

Memória MPM – *O senhor voltara do Rio de Janeiro para a Bahia?*

Renato da Cunha Ribeiro – Por uns quatro ou cinco anos, sempre que se precisasse da minha presença, retornava à Bahia, mesmo estando no Rio de Janeiro. Viajar à Bahia era muito bom, porque eu ia, voltava, sabia o tempo que ficaria lá; não era como no início, que tinha ido para ficar permanentemente. Lá não havia tantos processos como no Rio de Janeiro. Na Bahia, os processos na Auditoria eram de deserção, etc. Em um mês, estavam resolvidos.

Memória MPM – *E em Brasília?*

Renato da Cunha Ribeiro – Havia acúmulo de processos. Quando fui para Brasília era procurador-geral Eduardo Victor Pires Gonçalves e encontrara, ao chegar, uma pilha de processos enorme na Auditoria. Todos se referiam a coronéis, tenentes-coronéis, comandantes de guarnições, e eu pensei: “Qual é a diferença entre um soldadinho e um coronel? Vamos julgar. É ou não é?”. Fui resolvendo tudo, arquivava ou denunciava o que achava necessário e a pilha acabou. Em função disso, o Eduardo se encantou comigo. Eu entrava na sala dele para pedir alguma coisa, ele dizia que já estava concedido. Era uma excelente pessoa. Não tinha muitas luzes jurídicas, mas tinha consciência disso e não se metia no Tribunal a fazer defesa oral; dedicou-se a administrar e fez isso muito bem. Viu que o gaúcho estava no Amazonas, o paraense estava no Rio Grande do Sul, então colocou cada um em seu lugar de origem. Eu gostava muito dele, porque era uma pessoa que sabia reconhecer suas limitações e agia dentro desse conceito.

Memória MPM – *E a Associação?*

Renato da Cunha Ribeiro – Foi o Paulo Duarte Fontes, um colega encantador, quem me levou para a Associação. Cheguei a integrar a diretoria, mas não fiz nada. A Associação, naquele período, não tinha tanto poder ou importância; era diretor, mas ficava por isso mesmo. Fui diretor de futebol do Flamengo também. Participei do Conselho da FEBEM, antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. Recebi da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil, a *Medalha Sobral Pinto*. O Ministério Público muito me honrou com a minha condecoração. Aposentei-me não por desejo, mas por duas coisas que me contrariaram: a primeira é que teria que atuar em Brasília, o que não era de minha vontade; a segunda, não me aposentando, estava impedindo que colegas, que vinham atrás de mim, tivessem promoções, o que achava injusto com eles,

pois eu já havia me realizado no Ministério Público. Tive uma carreira boa, sem queixas, tanto lá quanto na advocacia. Sempre procurei pautar meus atos segundo me parecia ser a vontade de Deus. Sempre pedia, antes de entrar em uma sessão, a proteção divina, que Deus me iluminasse para que eu pudesse fazer justiça acima de tudo. Minha carreira foi essa, com muitos processos.

Houve um caso especial, que desejo relatar. Quando eu era advogado de ofício, um réu comum, após o interrogatório, procurou-me e me pediu para não ser recambiado para o Presídio da Ilha Grande. Ao ser inquirido, revelou que os detentos estavam armados e planejavam uma fuga em massa para o domingo seguinte, Dia das Mães, e como ele só respondia a um processo de assalto comum a Banco, não desejava participar da fuga planejada, mas, se não aderisse, seria morto.

Pretextei uma nova oitiva do réu e comuniquei o fato ao Theódulo Rodrigues de Miranda e ao Agapito, respectivamente, juiz e promotor do processo, e o levamos ao conhecimento das autoridades militares. Passado o fim de semana, na terça-feira seguinte, fomos procurados pelo coronel ao qual tínhamos feito a comunicação, e ele nos confirmou que, efetivamente, os detentos estavam armados, o plano de fuga era real, e mais, que cada preso tinha o nome e endereço de um juiz militar, um procurador, ou um advogado de ofício, e que, caso conseguissem fugir, ao chegarem em terra firme, a missão era dirigir-se ao endereço e matar a autoridade ali residente.

Memória MPM – *Gostaria de deixar mais alguma coisa registrada?*

Renato da Cunha Ribeiro – Deus me abençoou com o ingresso no Ministério Público Militar. A Justiça Militar é a melhor justiça humana, é a justiça do homem que mais se assemelha à de Deus. É um colegiado no qual

HISTÓRIAS DE VIDA

oficiais deixam as suas atribuições daquele dia para serem juízes; procuram acertar e agir como juízes: se informar, consultar o auditor, o procurador, o advogado de ofício. Esses militares, que vão ser juízes, vestem a toga sem despir a farda. Continuam homens e oficiais íntegros que procuram sempre acertar e fazer a justiça. Fui abençoado, ainda, em fazer parte da Justiça Militar com os homens que a constituíram na época, como o Afonso Carlos Agapito da Veiga, um grande exemplo para o Ministério Público; o Paulo da Costa Reis; o Dr. Theódulo Rodrigues de Miranda, que, para mim, foi o melhor juiz da Justiça Militar; o irmão dele, Teócrito Rodrigues de Miranda, também foi um grande juiz, entre muitos outros grandes juízes. Theódulo e eu éramos muito amigos; quando ele morreu fiz um discurso no enterro e saiu uma crônica do Ziraldo [Alves Pinto], na que ele cita meu nome por esse discurso. Éramos muito amigos mesmo, ele morava de frente a minha casa e íamos juntos para o Carnaval, para a fazenda em Barbacena, para os eventos. Nossos julgamentos ficaram na história, porque sempre agimos com isenção de ânimos, dentro da lei e da justiça. Éramos como irmãos. Minha família gostava muito dele, tanto os meus irmãos, como meu sobrinho Ruyzinho, que dirige o escritório hoje, onde já está, também, meu sobrinho-neto e logo estará o sobrinho-bisneto. O escritório, com 106 anos, é, além disso, meu ingresso no Ministério Público, outro motivo de gáudio para mim. Deus é muito bom e misericordioso, só tenho a agradecer a Ele essas bênçãos e outras mais. Que Deus abençoe a todos nós e, principalmente, ao Brasil, que tanto precisa. O Ministério Público para mim sempre foi fonte de alegria. Meus colegas também.

Memória MPM – *Muito obrigado pelo seu depoimento.*